SALÁRIO-FAMÍLIA — GUARDA DE FILHOS

— *E' devido o salário-família ao servidor que provê à alimentação dos filhos, embora não os tenha sob sua guarda.*

— *Interpretação do Decreto-lei n.º 5.976, de 10-11-43.*

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PROCESSO N.º 1.336-44

A Diretoria do Pessoal do Ministério da Marinha consultou o D.A.S.P. sobre como proceder em relação à concessão do salário-família a servidores com filhos, aos quais prestam assistência obrigatória, como auxílio para alimentos, embora não os tenham sob sua direta proteção.

2. E' o caso dos servidores que, compelidos à prestação de alimentos, na forma do Código Civil, têm descontada, obrigatoriamente, de acordo com o item IV do art. 3.º do Decreto-lei n.º 312, de 3-3-38, dos respectivos vencimentos, a importância devida.

3. O Estado, ao estabelecer o sistema de remuneração do trabalho, em que são levados em conta os encargos da família do trabalhador — o salário-família — fê-lo na convicção de que a proteção da família do servidor público, com fundamento social, visa a "salvaguardar, robustecer e aumentar o capital humano da entidade política do país, criando famílias sadias e numerosas".

4. Ora, se a lei, de um lado vê a necessidade de proteção à família do servidor e, de outro lado, obriga ao chefe a assistência financeira, não vê esta D.F. em que se possa escusar o pagamento daquela vantagem ao servidor que, pelo fato de não ter sob sua guarda os filhos, não deixa de prover a sua alimentação.

5. Examinando o texto legal referente à instituição do salário-família, o Decreto-lei n.º 5.976, de 10-11-43, verificou esta D.F. que nenhuma dúvida oferece o problema no caso de serem ambos os cônjuges servidores públicos (§§ 1.º e 2.º do seu art. 10).

6. A dúvida reside, pois, no caso de ser apenas um dos cônjuges servidor público, cabendo ao outro cônjuge a guarda dos filhos, mas, ao servidor, a pensão alimentar.

7. Nessa hipótese, entende esta D.F., majoradas as despesas com essa manutenção, deve ser concedido o salário-família ao servidor.

8. Com este parecer, poderá o processo ser restituído à D.P. 7.

Em 12 de fevereiro de 1944. — *Luís Vicente B. de Ouro Preto*, substituto do Diretor de Divisão.

Aprovado. Em 13-3-44. — *Luís Simões Lopes*.